

*PROFESSORA,
EXISTEM SANTOS NEGROS?
HISTÓRIAS DE IDENTIDADE RELIGIOSA NEGRA.*



Antônia Aparecida Quintão

A coleção *Percepções da Diferença. Negros e brancos na escola* é destinada a professores da educação infantil e do ensino fundamental. Seu intuito é discutir de maneira direta e com profundidade alguns temas que constituem verdadeiros dilemas para professores diante das discriminações sofridas por crianças negras de diferentes idades em seu cotidiano nas escolas.

Diferenciar é uma característica de todos os animais. Também é uma característica humana muito forte e muito importante entre as crianças, mesmo quando são bem pequenas, na idade em que freqüentam creches e pré-escolas e começam a conviver com outras observando que não são todas iguais.

Mas como lidar com o exercício humano de diferenciar sem que ele se torne discriminatório? O que fazer quando as crianças se dão conta da diferença entre a cor e a textura dos cabelos, os traços dos rostos, a cor da pele? Como evitar que esse processo se transforme em algo negativo e excludente? Como sugerir que as crianças brinquem com as diferenças no lugar de brigarem em função delas?

*Os 10 volumes que compõem a coleção *Percepções da Diferença* chamam a atenção para momentos em que a diferenciação ocorre, quando se torna discriminatória, e sugerem formas para lidar com esses atos de modo a colaborar para que a auto-estima e o respeito entre crianças sejam construídos.*

Os autores discutem conceitos e questionam preconceitos. Fazem sugestões de como explorar as diferenças de maneira positiva, por meio de brincadeiras e histórias, e de leituras que possam auxiliá-los a aprofundar a reflexão sobre os temas, caso desejem fazê-lo.

Para compor a coleção convidamos especialistas e educadores de diferentes áreas. Cada volume reflete o ponto de vista do autor ou da autora de modo a assegurar a diversidade de pensamentos e abordagens sobre os assuntos tratados.

Desejamos que a leitura seja prazerosa e instrutiva.

Gislene Santos

COLEÇÃO PERCEPÇÕES DA DIFERENÇA.
NEGROS E BRANCOS NA ESCOLA

VOLUME 8

**PROFESSORA, EXISTEM
SANTOS NEGROS?**

Histórias de identidade religiosa negra

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Fernando Haddad

Secretário-Executivo

José Henrique Paim Fernandes

**Secretário de Educação Continuada,
Alfabetização e Diversidade**

André Luiz Figueiredo Lázaro

**COLEÇÃO PERCEPÇÕES DA DIFERENÇA.
NEGROS E BRANCOS NA ESCOLA.**

APOIO:

Ministério da Educação - Secretaria de Educação
Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)
Programa UNIAFRO.

Realização:

NEINB - Núcleo de Apoio à Pesquisas em
Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro,
da Universidade de São Paulo - USP.
Coordenação da coleção: Gislene Aparecida dos Santos
Projeto gráfico: Jorge Kawasaki
Pinturas das capas: Zulmira Gomes Leite
Ilustrações: Marcelo d'Saete
Editoração: Nove&Dez Criação e Arte
Revisão: Lara Milani

ISBN 978-85-296-0082-6 (Obra completa)

ISBN 978-85-296-0090-1 (Volume 8)

Impresso no Brasil

2007

Sumário

Introdução.....	11
I. Os negros eram mesmo católicos?	11
II. Formas de catolicismo	13
III. O que eram as irmandades?.....	15
IV. Os santos dos negros	15
V. Por que ingressar nas irmandades?.....	20
VI. Silêncios e segredos ²⁷	24
VII. A organização econômica das irmandades	25
VIII. As festas.....	27
IX. O enterro dos irmãos	29
X. A presença das mulheres	32
XI. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo e o movimento dos caifazes	33
XII. Rufina Maria do Ó: mulher negra	36
Considerações finais.....	38
Referências bibliográficas	40
Notas	42
Glossário da coleção	47

PLANO DA OBRA

A COLEÇÃO PERCEPÇÕES DA DIFERENÇA. NEGROS E BRANCOS NA ESCOLA É COMPOSTA PELOS SEGUINTE VOLUMES:

1 - Percepções da diferença. Autora: Gislene Aparecida dos Santos

Neste volume são discutidos aspectos teóricos gerais sobre a forma como percebemos o outro. Para além de todas as diretrizes pedagógicas, lidar com as diferenças implica uma predisposição interna para repensarmos nossos valores e possíveis preconceitos. Implica o desejo de refletir sobre a especificidade das relações entre brancos e negros e sobre as dificuldades que podem marcar essa aproximação. Por isso é importante saber como, ao longo da história, construiu-se a ideologia de que ser diferente pode ser igual a ser inferior.

2 - Maternagem. Quando o bebê pelo colo. Autoras: Maria Aparecida Miranda e Marilza de Souza Martins

Este volume discute o conceito de maternagem e mostra sua importância para a construção da identidade positiva dos bebês e das crianças negras. Esse processo, iniciado na família, continua na escola por meio da forma como professores e educadores da educação infantil tratam as crianças negras, oferecendo-lhes carinho e atenção.

3 - Moreninho, neguinho, pretinho. Autor: Luiz Silva - Cuti

Este volume mostra como os nomes são importantes e fundamentais no processo de construção e de apropriação da identidade de cada um. Discute como as alcunhas e os xingamentos são tentativas de desconstrução/desqualificação do outro, e apresenta as razões pelas quais os professores devem “decorar” os nomes de seus alunos.

4 - Cabelo bom. Cabelo ruim. Autora: Rosângela Malachias

Muitas vezes, no cotidiano escolar, as crianças negras são discriminadas negativamente por causa de seu cabelo. Chamamentos pejorativos como “cabeça fuá”, “cabelo pixaim”, “carapinha” são naturalmente proferidos pelos próprios educadores, que também assimilaram estereótipos relativos à beleza. Neste volume discute-se a estética negra, principalmente no que se refere ao cabelo e às formas como os professores podem descobrir e assumir a diversidade étnico-cultural das crianças brasileiras.

5 - Professora, não quero brincar com aquela negrinha! Autoras: Roseli Figueiredo Martins e Maria Letícia Puglisi Munhoz

Este volume trata das maneiras como os professores podem lidar com o preconceito das crianças que se isolam e se afastam das outras por causa da cor/raça.

6 - Por que riem da África? Autora: Dilma Melo Silva

Muitas vezes crianças bem pequenas já demonstram preconceito em relação

a tudo que é associado à África: música, literatura, ciência, indumentária, culinária, arte... culturas. Neste volume discute-se o que pode haver de preconceituoso em ler desses conteúdos. Apresentam-se ainda elementos que permitem uma nova abordagem do tema artes e africanidades em sala de aula.

7 - Tímidos ou indisciplinados? Autor: Lúcio Oliveira

Alguns professores estabelecem uma verdadeira díade no que diz respeito à forma como enxergam seus alunos negros. Ora os consideram tímidos demais, ora indisciplinados demais. Neste volume discute-se o que há por trás da suposta timidez e da pretensa indisciplinada das crianças negras.

8 - Professora, existem santos negros? Histórias de identidade religiosa negra. Autora: Antonia Aparecida Quintão

Neste volume se discutem aspectos do universo religioso dos africanos da diáspora mostrando a forma como a religião negra, transportada para a América, foi reconstituída de modo a estabelecer conexões entre a identidade negra de origem e a sociedade à qual esse povo deveria se adaptar. São apresentadas as formas como a população negra incorporou os padrões do catolicismo à sua cultura e como, por meio deles, construiu estratégias de resistência, de sobrevivência e de manifestação de sua religiosidade.

9 - Brincando e ouvindo histórias. Autora: Sandra Santos

Este volume apresenta sugestões de atividades, brincadeiras e histórias que podem ser narradas às crianças da educação infantil e também aspectos da História da diáspora africana em território brasileiro, numa visão diferente da abordagem realizada pelos livros didáticos tradicionais. Mostra o quanto de contribuição africana existe em cada gesto da população nacional (descendentes de quaisquer povos que habitam e colaboraram para a construção deste país multiétnico), com exemplos de ações, pensamentos, formas de agir e de observar o mundo. Serve não só a educadores no ambiente escolar, mas também ao lazer doméstico, no auxílio de pais e familiares interessados em ampliar conhecimentos e tornar mais natural as reações das crianças que começam a perceber a sociedade e seu papel dentro dela.

10 - Eles têm a cara preta. Vários autores

Este exemplar apresenta práticas de ensino que foram compartilhadas com aproximadamente 300 professores, gestores e agentes escolares da rede municipal de educação infantil da cidade de São Paulo. Trata-se da Formação de Professores intitulada Negras imagens. Educação, mídia e arte: alternativas à implementação da Lei 10.639/03, elaborada e coordenada por pesquisadoras do NEINB/USP simultânea e complementarmente ao projeto Percepções da Diferença Negras e brancos na escola.

A autora:

Antonia Aparecida Quintão fez a sua graduação, mestrado e doutorado na Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de formação de professores. Foi docente de pós-graduação no Instituto Ponto Crítico de Ensino. Participa como professora convidada no curso: “Aspectos da Cultura e da História do Negro no Brasil”, promovido pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo e é responsável pela Coordenação Científica do Programa de Seminários do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares do Negro Brasileiro da Universidade de São Paulo. É autora dos livros: Lá vem o meu parente: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco e Irmandades Negras: outro espaço de luta e resistência, ambos publicados em 2002 pela Editora Annablume e Fapesp. Atualmente é docente na Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Projeto gráfico: Jorge Kawasaki

Diretor de Arte e designer gráfico, iniciou a carreira em 1974, trabalhou em empresas como Editora Abril e Editora Globo. Criou e produziu vários projetos como colaborador na Young&Rubican, Salles, H2R MKT, Editora K.K. Shizen Hosoku Gakkai (Tôquio, Japão), entre outras.

Pinturas das capas: Zulmira Gomes Leite

Teóloga, Artista Plástica, Acadêmica da Academia de Letras, Ciências e Artes da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo. Assina as Obras de Artes como Zul+.

Ilustrações internas: Marcelo d’Salette

É ilustrador e desenhista / roteirista de histórias em quadrinhos. Ele mora em São Paulo, capital, estudou comunicação visual, é graduado em artes plásticas e atualmente mestrando em História da Arte. Seu tema de estudo é arte afro-brasileira. Ilustrou os livros infantis Ai de tí, Tietê de Rogério Andrade Barbosa; Duas Casas, de Claudia Dragonetti; entre outros. Participou da Exposição Conseqüências do Injuve, Espanha, 2002; da Exposição de originais da revista Front no FIQ, MG, 2003; e da Exposição Ilustrando em Revista, Editora Abril, 2005. Foi finalista do Concurso Folha de Ilustração 2006.

Antonia Aparecida Quintão

Volume 8

PROFESSORA, EXISTEM SANTOS NEGROS?

Histórias de identidade religiosa negra

COLEÇÃO PERCEPÇÕES DA DIFERENÇA.
NEGROS E BRANCOS NA ESCOLA

ORGANIZAÇÃO
GISENE APARECIDA DOS SANTOS

1ª EDIÇÃO
SÃO PAULO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
2007

INTRODUÇÃO

O estudo do universo religioso dos africanos da diáspora, que foram arrancados à força da sua terra e trazidos para a América portuguesa, nos revela a maneira como se inseriram na sociedade brasileira e a síntese desse encontro, que não é homogênea nem uniforme, mas marcada por inúmeras tensões e contradições.

Quando a religião é transportada para a América, ela é reconstituída de maneira diferente, fragmentária, de acordo com a realidade encontrada. Não há mais família nem relação de parentesco. Não há mais liberdade.

Se a religião negra, ainda que em sua reconstrução fragmentada, era capaz de dotar o negro de uma identidade negra, africana de origem, que recuperava ritualmente a família, a tribo e as cidades perdidas na diáspora, era através do catolicismo, contudo, que ele podia encontrar-se e se mover no mundo real do dia-a-dia, na sociedade dos brancos dominadores. Tornava-se imperativo ser, sentir-se e parecer brasileiro. Nunca puderam ser brasileiros sem ser católicos¹.

I. OS NEGROS ERAM MESMO CATÓLICOS?

O professor doutor Luís Mott, referindo-se ao “panorama” religioso do Brasil, classificou os colonos da seguinte maneira: “católicos praticantes autênticos”, que aceitavam convictamente os dogmas e ensinamentos impostos pela hierarquia eclesiástica; “católicos praticantes superficiais”, que cumpriam apenas os rituais e deveres religiosos obrigatórios, mais como encenação social do que como convicção interior; “católicos displicentes”, que evitavam os sacramentos e demais cerimônias sacras não por convicção ideológica, mas por indiferença e descaso espiritual, muitas vezes incluindo em seu cotidiano “sincretismos” heterodoxos; “pseudocatólicos”: boa parte dos cristãos-novos, animistas, libertinos e ateus que apenas por conveniência e camuflagem, para evitar a repressão inquisitorial, freqüentavam os rituais impostos e controlados pela hierarquia eclesiástica, mas mantinham secretamente crenças heterodoxas ou sincréticas².

Ao terminar a leitura desse interessante estudo, fiquei imaginando em que categoria poderia incluir o catolicismo praticado pelos negros. A princípio, poderiam ser classificados como pseudocatólicos, porque é certo que mantinham crenças “heterodoxas”. Por outro lado, o fato de praticarem suas crenças não os impedia de serem também católicos fervorosos e convictos dos dogmas da fé cristã. Não se tratava apenas de obrigação, conveniência ou “camuflagem”. Do ponto de vista do negro,



não há oposição, incoerência ou compartimentação entre o catolicismo e a sua africanidade, pois são capazes de “conciliar coisas que para os de fora parecem contraditórias e inconciliáveis”³.

É importante destacar que a maneira de o negro manifestar a sua devoção incomodava, preocupava e causava temor pelo apego às “exterioridades”, pela “superficialidade” religiosa. Do ponto de vista do negro é bem provável que os brancos é que não sabiam exteriorizar a sua fé⁴, o que nos ajuda a entender a razão pela qual sermões, pastorais, ameaças de excomunhão não alcançavam o objetivo a que se propunham: a resposta do negro era a indiferença.

Mircea Eliade nos ensina que o homem tem uma necessidade constante de “sacralizar” o mundo, que equivale a conferir-lhe realidade. Sem essa sacralização ele deixa de ter sentido⁵.

Nesse contexto, “toda religião é uma expressão sociocultural de fé, de um encontro do homem com o divino; ela elabora uma visão global e total sobre o homem e o universo, de sua origem, do seu devir, do sentido e do futuro. Nas religiões articulam-se os grandes temas que movem as consciências e as buscas humanas radicais: o sentido da vida, do mal, da dor e da morte; elabora-se um discurso sobre o divino e tematiza-se a dimensão do homem voltada para o incondicionado e absolutamente importante na vida”⁶.

II. FORMAS DE CATOLICISMO

No catolicismo colonial brasileiro podemos distinguir dois aspectos: o catolicismo na prática do culto oficial da Igreja, principalmente dos ritos sacramentais, e o catolicismo efetivamente vivido pelo povo.

De um lado, os ritos sacramentais foram impostos, pois todos os africanos deveriam ser batizados nas costas da África ou ao chegar ao Brasil, tendo ainda a obrigatoriedade de assistir às missas dominicais (frequentemente essas exigências eram desrespeitadas pelos senhores). De outro lado, estava a religião católica praticada pelo povo, sem nenhuma obrigatoriedade expressa, mas presente na casa dos senhores de

engenho, em seus oratórios, nos nichos das ruas, nas procissões, nas imagens dos santos.

O catolicismo implantado com a colonização portuguesa apresentava como aspectos principais o seu caráter leigo, social e familiar. Leigo, porque a direção e a organização das associações religiosas mais importantes, como as irmandades, estavam nas mãos dos leigos. Social e familiar, porque havia uma estreita interpenetração da religião com a vida social e familiar⁷.

A religião era o núcleo de convivência da sociedade. Festas e manifestações religiosas constituíam uma forma de reunião social e quebravam a monotonia e a rotina da vida diária, sendo muitas vezes uma das poucas oportunidades para o povo se distrair e se divertir⁸.



III. O QUE ERAM AS IRMANDADES?

As irmandades eram associações regidas por um estatuto, o compromisso, que deveria ser confirmado pelas autoridades eclesiásticas e pelos monarcas. Nele estavam contidos os objetivos da irmandade, o seu funcionamento, as obrigações de seus membros, assim como os direitos adquiridos ao se tornarem membros dessas associações.

A principal característica das irmandades no período colonial era a sua autonomia. Através da Mesa Administrativa procuravam gerir todos os seus negócios e decidiam sobre todas as questões internas e externas.

A mais famosa dentre as inúmeras irmandades de pretos é a de Nossa Senhora do Rosário. Desde os séculos XV e XVI era sob essa invocação que em Portugal se congregavam os homens negros. Segundo Augusto de Lima Júnior, as imagens de santos negros foram introduzidas em Portugal por volta do século XI⁹.

IV. OS SANTOS DOS NEGROS

No Brasil, a devoção a Nossa Senhora do Rosário entre negros data pelo menos de 1552. Em carta desse ano, diz o jesuíta Antônio Pires: “Há nesta capitania [Pernambuco] grande escravaria assim de Guiné como da Terra. Tem uma confraria do Rosário. Digo-lhe missa todos os domingos e festas. Andam tão bem ordenados que é para louvar a Deus Nosso Senhor (...) os brancos a poder de varas, juízes, meirinhos e almotacéis se não podiam meter em ordem, sempre falando, e os escravos iam em tanta ordem e tanto concerto uns atrás dos outros com as mãos sempre levantadas, dizendo todos: ora pro nobis”¹⁰.

Para Boschi, “Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santo Elesbão, Santa Efigênia eram invocações dos negros, não apenas pela afinidade epidérmica ou pela origem geográfica, mas também pela identidade com suas agruras. Os ‘santos’ dos brancos, supunha-se, não saberiam compreender os dissabores e os sofrimentos dos negros”¹¹.

Muitas são as teorias sobre a razão da tão grande popularidade de

Nossa Senhora do Rosário entre os negros. O culto de Nossa Senhora do Rosário fora criado por São Domingos de Gusmão, mas estava fora de moda, sendo restabelecido justamente na época em que os dominicanos enviaram seus primeiros missionários para a África, o que explica a sua introdução e generalização progressiva no grupo de negros escravizados¹².

Outra hipótese para a popularidade do culto de Nossa Senhora do Rosário entre os negros apresentada por José Ramos Tinhorão estaria na ligação estabelecida com seu orixá Ifá, através do qual era possível consultar o destino atirando soltas ou unidas em rosário as nozes de uma palmeira chamada okpê-lifá, justificando o autor que, durante a Idade Média, as contas dos rosários não eram constituídas por esferas polidas e iguais, mas por pequenas rosas esculpidas em madeira. Por constituir obra artesanal, essas contas em formato de rosas, o que explica o nome rosário, não representavam reprodução exata umas das outras, quer na forma, quer no tamanho, o que devia conferir aos rosários e terços um aspecto algo tosco pela irregularidade das peças alinhadas; outro não seria também o aspecto das pequenas cascas de madeira ou nozes da árvore africana que constituíam o chamado “rosário de Ifá”, às vezes usado por disfarce pelos sacerdotes da religião negro-africana à volta do pescoço, como se fosse um colar¹³.

O impulso do culto de Maria remonta à primeira metade do século XVII, ao tempo da Reforma católica, quando numerosos santuários exaltavam a intercessão todo-poderosa da Virgem. A maior parte desses cultos é justificada por histórias de “descobertas”: a estátua, objeto do culto, foi miraculosamente achada numa árvore, num canto do solo, na água cristalina de uma fonte, ou numa poça, também cristalina. A descoberta é feita na maior parte das vezes por um leigo, entre os mais simples, por pastor ou pequena camponesa, ou mesmo por animais. Nem o padre nem a Igreja intervêm no imediato da descoberta. É uma constatação que impõe a conclusão de uma evidente compensação leiga, perante a instituição da Igreja, de um povo que se dá a si mesmo, antes da disciplina eclesiástica, o objeto sacro de que tem necessidade¹⁴.

A devoção a Nossa Senhora do Rosário superava todas as demais. Seu culto foi divulgado pelos dominicanos, que também popularizaram

a recitação do terço. Compõe-se o rosário de 150 ave-marias, divididas em 15 dezenas, sendo cada uma precedida do pai-nosso. Essas 150 ave-marias correspondem ao número de salmos. A recitação do rosário está intimamente ligada à meditação dos mistérios da vida, morte e ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo, e as 15 dezenas que se lhe devotam constituem rosas que, em coroa, se oferecem, se consagram e se dedicam a Nossa Senhora do Rosário¹⁵.

A irmandade dos negros dessa devoção surgiu em Portugal de uma transformação gradativa das irmandades de brancos. O aparecimento dessas associações foi duramente criticado pelos irmãos do Rosário dos brancos, que acusaram os dominicanos por terem permitido que os negros tivessem uma irmandade inteiramente de sua gente.

A reclamação dos brancos contra essa separação demonstra que as irmandades dos homens negros se fundaram espontaneamente, quando estes se tornaram suficientemente numerosos e capazes de manter seus próprios grupos¹⁶.

O Padre Antônio Vieira, no seu sermão XX, ao discutir a existência de três irmandades dedicadas a Nossa Senhora do Rosário, a dos brancos, a dos pretos e a dos pardos, sugere que estes últimos sejam imediatamente integrados à irmandade dos brancos, “porque entre duas partes iguais o nome e a preferência devem ser da mais nobre”. Em relação às irmandades brancas e negras propõe que “os brancos e senhores não se deixem vencer dos pretos, que seria grande afronta da sua devoção; os pretos e escravos procurem de tal maneira imitar os brancos e os senhores, que de nenhum modo consintam ser vencidos deles”¹⁷.

A escolha dos santos de culto implica uma opção. Essa eleição coletiva do padroeiro possui um sentido religioso que, com o passar do tempo, torna-se impossível ser reconstituído¹⁸.

São Benedito é o mais popular e familiar dentre os santos negros, e o seu culto precedeu ao reconhecimento oficial. A devoção difundida desde a sua morte, em 1589, foi autorizada pela Igreja somente em 1743, o que retardou a organização de irmandades dedicadas exclusivamente a esse santo. Em 1609 já havia uma irmandade de São Benedito instituída no mosteiro de Santa Ana, em Lisboa, onde já havia anos se fazia sua

festa com grande solenidade. Em 1610 já tinha passado à América, no convento de São Francisco da cidade dos Anjos, na Nova-Hespanha¹⁹.

No Rio de Janeiro, no século XVII, fundou-se a Irmandade de São Benedito, unida à de Nossa Senhora do Rosário: “No princípio da criação foram distintas a Irmandade de Nossa Senhora da de São Benedito e depois se uniram, ficando o governo dela pertencendo só ao juiz de Nossa Senhora e ao de São Benedito tão-somente a obrigação de votar na Mesa e concorrer para a festa do dia do Santo, que se celebra no primeiro sábado de outubro”²⁰.

Na biografia desse santo encontramos a razão de sua popularidade entre os negros: “Nasceu em uma aldeia perto de Messina, na Sicília. Seus pais eram bons cristãos, mas escravos africanos de um rico proprietário de terra. (...) Com apenas 10 anos, já era chamado ‘o Preto Santo’ (Il moro santo), apelido que o acompanhou por toda a sua vida. Quando tinha cerca de 21 anos, foi grosseiramente insultado por alguns vizinhos, que escarneciam da cor de sua pele e da condição social de seus pais. Aconteceu que nessa mesma ocasião passava pelo local um jovem chamado Lanzi, que se tinha retirado do mundo com alguns companheiros, para viverem a vida de eremitas à imitação de S. Francisco de Assis. Ficou grandemente impressionado com a brandura das respostas de Benedito e, dirigindo-se aos zombadores, afirmou: ‘Vocês agora graçejam do pobre negro, mas eu lhes digo que não estará muito distante o dia em que vocês ouvirão falar grandes coisas a seu respeito’. Logo depois, a convite de Lanzi, Benedito vendeu os poucos bens que possuía e foi-se juntar aos solitários (...)”²¹. “(...) apenas chegado ao convento de Santa Maria, seu superior encarregou-o do ofício de cozinheiro, e os milagres começaram a acontecer; este convento achou-se um dia a seco de provisão. A neve caía e era impossível sair para esmolar. Era preciso, no entanto, dar de comer à comunidade. À noite São Benedito tomou consigo o irmão que o ajudava na cozinha: encheram de água as maiores panelas e vasos que havia; e a noite toda passaram em oração. De manhã encontraram as panelas e os vasos preparados de véspera, cheios de peixes ainda palpantes e em grande quantidade, que bastaram para as necessidades de todo o convento (...). Um dia de Natal, deixou-se tanto absorver pelo mistério da fé e prolongou sua oração por tal tempo que se esqueceu de sua cozinha. O jantar de que devia fazer parte, como conviva,

o arcebispo de Nápoles, que viera pontificar no convento, estava todo por se preparar. A hora da refeição chegou. Vão para a mesa, e a mesa acha-se servida convenientemente sem que nada falte! (...) E ainda, em certa ocasião em que estava rezando, revelou-lhe Deus que o porteiro havia despedido alguns pobres sem razão; suspende então a oração em que sua alma andava embebida. Corre à portaria, repreende o porteiro de sua falta de compaixão e manda-lhe que dê aos pobres o pouco pão que restava para o sustento dos frades”²².

O seu culto, portanto, está ligado a abundância e partilha de alimentos. “Na celebração da missa são bentas suas imagens, colocadas depois na cozinha para que nunca faltem alimentos. Existe ainda a tradição, antes de iniciar as refeições, de oferecer-lhe a primeira colher. É também muito comum colocar alimentos aos seus pés, para que a mesa seja sempre abundante”²³.

Na abertura do compromisso da Irmandade de São Benedito de Minas Gerais, lemos: “Quão admirável seja Deus em seus santos notoriamente se manifesta no prodigioso sujeito de São Benedito (...). E, portanto, agradecidos os homens e mulheres pretos a um santo que tão bom exemplo e tanta honra deu aos parentes; movidos de piedade, zelo e devoção nos agregamos confraternalmente a lhe fazermos a sua festa todos os anos no seu dia, em demonstração do nosso agradecimento e devido louvor à Divina Majestade de Deus, que se dignou de levantar a humildade deste seu servo ao auge de tanta perfeição e virtude”²⁴.

À porta do consistório da Igreja do Rosário do Rio de Janeiro, durante a festa de São Benedito, erguia-se uma mesa presidida por um irmão assessorado por outros e um secretário-tesoureiro encarregado de registrar doações maiores. Sobre a mesa enfeitada encontrava-se uma pequena imagem do santo com fitas e uma bandeja de prata. Os devotos aproximavam-se, beijavam as fitas e depunham sua oferta na bandeja, que era esvaziada periodicamente.

Acredito que essa associação entre São Benedito, escravidão, garantia de alimentos, e o ofício de cozinheiro, muito comum entre os escravizados, pode nos ajudar a entender a razão de sua enorme popularidade.

V. POR QUE INGRESSAR NAS IRMANDADES?

O ingresso nas irmandades representava reconhecimento social, possibilidade de contatos, socorro nas aflições, certeza de um enterro digno e uma tentativa de contornar os preconceitos sociais e raciais.²⁵

Cap. 10º. Da caridade com os irmãos doentes e presos. Sendo uma das obras da Misericórdia visitar os enfermos, tanto que algum irmão desta irmandade estiver enfermo, o que primeiro souber o irá visitar e lembrar-lhe de confessar-se e receber todos os mais paramentos, e achando que seu senhor é tão pobre que não tem com que possa curar, dará parte ao irmão juiz para este juntar a irmandade e tratarem de socorrer aquele irmão enfermo; dando cada um a esmola que puder para suprimento daquele necessitado irmão, sendo forro e miserável se usará com ele da mesma caridade. Sendo caso que seja preso algum irmão por algum crime, que não seja de infâmia, todos os irmãos concorrerão para o seu livramento e soltura, como melhor acordarem entre si”²⁶.

Essas associações, além das atividades religiosas que se manifestavam na organização de procissões, festas, coroação de reis e rainhas, também exerciam atribuições de caráter social, como ajuda aos necessitados, assistência aos doentes, visita aos prisioneiros, concessão de dotes, proteção contra os maus-tratos praticados por seus senhores e ajuda para a compra da carta de alforria.

No entanto, uma das atribuições mais lembradas nos capítulos dos estatutos ou compromissos das irmandades refere-se à garantia de um enterro para os escravos, freqüentemente abandonados por seus senhores na porta das igrejas ou nas praias, para que fossem levados pela maré da tarde.

Os brancos eram aceitos nas irmandades, porém, estas tomavam várias medidas para estabelecer o seu campo de atuação.

“Nesta irmandade se admitirão homens e mulheres brancos, porém, não terão voto na irmandade, não se intrometerão nas suas determinações, não poderão ser eleitos para servirem na Mesa, e ainda que

queiram a sua custa fazer alguma de nossas festas não rejeitaremos, porém a assistência ou presidência dela será de nossos oficiais pretos.” (Constituição 15ª. - Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Freguesia de Santo Antônio do Cabo, bispado de Pernambuco.)

As funções de escrivão e tesoureiro eram, em algumas irmandades, exercidas pelos brancos. A pobreza e o analfabetismo de boa parte da população negra fundamentam essa exigência. No entanto, no final do século XVIII, havia pretos e mulatos capazes de exercer essas tarefas:

“É o ofício de tesoureiro de muita consideração na irmandade, e assim queremos que sirva sempre esta ocupação um homem branco, o qual a Mesa elegerá na eleição que se fizer e havendo algum que seja irmão desta Santa Irmandade, sendo pessoa capaz, esta preferirá em primeiro lugar”. (Capítulo 9º. - Compromisso da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia da cidade do Rio de Janeiro, 1767.)

É importante destacar a presença das mulheres, que participavam da Mesa Administrativa exercendo inclusive a função de escrivã.

“Dos oficiais que haverá nesta irmandade: um juiz, um escrivão, dois procuradores, doze mordomos (seis crioulos e seis angolas), uma juíza também de Mesa, uma escrivã e doze irmãs ou mordomas, e destas também serão seis crioulas e seis angolas. O juiz e o escrivão sempre serão um deles forro e outro cativo, o mesmo se guardará com a juíza e a escrivã.” (Constituição 6ª. - Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Santo Antônio do Cabo, Pernambuco, 1767.)

As irmandades formadas por africanos apresentavam algumas especificidades:

“Todo irmão ou irmã da nação de Angola, que por seus merecimentos a irmandade eleger para rei ou rainha

de Nossa Senhora, se elegerão em pessoas isentas de cativoiro, só servirão os sujeitos, não havendo libertos, ou forem esses insuficientes de ocuparem o dito cargo, porque destes a incapacidade faz perder os méritos do dito cargo. Serão obrigados tanto o rei como a rainha a darem de estipêndio cada ano quatro mil réis, e serão os ditos obrigados a convocar as suas nações para tirarem esmolos para as obras de Nossa Senhora todas as vezes que pela Mesa determinar-se-lhes”. (Cap. IX - Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, bispado de Pernambuco, 1785.)

Em 1740 um grupo de africanos, originários de Moçambique, da Costa da Mina, da Ilha de São Tomé e de Cabo Verde, homens e mulheres, alguns libertos, outros escravizados, solicitaram ao bispo D. Antônio de Guadalupe licença para instituírem a sua irmandade, sob



a invocação de Santo Elesbão e Santa Efigênia. Antes de autorizá-los, consultou o vigário da Candelária, que manifestou a sua preocupação com o constante aumento dessas associações, já que os minas também tinham erigido a sua irmandade do Menino Jesus, na capela de São Domingos, congregando mais de 70 irmãos e irmãs.

Algumas irmandades eram bastante procuradas por negros e pardos que queriam ingressar como irmãos, e as mais requisitadas e prestigiadas costumavam ser também as mais exigentes e seletivas quanto a quem admitiam como membro. Crimes e vícios eram comumente mencionados como motivo para remoção do cargo ou expulsão da confraria. O envolvimento em roubos ou o fomento de discórdia também poderiam levá-los à exclusão, a menos que se arrependessem.

Geralmente cabia ao juiz fazer a punição aos faltosos, que costumavam ter três chances para se arrepender. As penalidades para essas ofensas eram algumas preces ou trabalhos de caridade.

Eram também excluídos aqueles irmãos que, tendo condições, não pagavam as taxas exigidas pela irmandade, não compareciam aos enterros, não participavam das atividades religiosas, desobedeciam às normas do compromisso, perturbavam as reuniões da Mesa, faziam exigências injustas, tentavam interferir nos resultados das eleições, traziam prejuízos à irmandade e revelavam os segredos discutidos nas reuniões da Mesa.

Outro aspecto a ser destacado é que uma mesma irmandade podia hospedar outras duas ou três, que colocavam seus santos nos altares laterais. Isso se observou principalmente na Irmandade do Rosário, por ser a mais rica, a mais poderosa e a mais numerosa da sociedade colonial. Essa organização interna se revelava sobretudo nos capítulos ou artigos que descreviam as procissões ou os enterros.

Assim temos que nas procissões ou enterros realizados pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da vila de Goiânia, bispado de Pernambuco, saía inicialmente a Irmandade do Senhor Jesus dos Martírios, por ser a mais recente, atrás dela a Irmandade de Santo Antônio de Catagerona, em terceiro lugar a Irmandade de São Benedito e finalmente a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Prevalecia, portanto, o critério da antiguidade, que significava prestígio e reconhecimento social.

VI. SILÊNCIOS E SEGREDOS²⁷

As atividades das irmandades eram envolvidas em muitos segredos e silêncios: “E nas Mesas que se fizerem estarão os irmãos com muita compostura e silêncio, e só responderão quando lhes perguntarem, terão entre si muito respeito, evitando quando for possível que haja porfias, e não se estando pelo seu voto, nem por isso se agastarão, não revelarão os segredos que em Mesa se tratarem e terão sumo cuidado no aumento da irmandade”²⁸.

Entre as obrigações dos confrades, cuja não-observância poderia acarretar o seu afastamento ou expulsão, estava a de não “revelar os segredos do que se tratava em Mesa”, o que significa que nem todas as dimensões das irmandades poderão ser alcançadas por uma pesquisa. Muitas práticas, devoções e cerimônias zelosamente ocultadas permanecem desconhecidas.

“Nas vésperas do dia que se festejarem os santos se ajuntarão os irmãos de Mesa, se recolherão o juiz, escrivão, procurador e o tesoureiro na casa da fábrica da dita igreja e aí serão chamados todos os irmãos que irão de um em um, e o juiz que estiver servindo terá feito com o seu escrivão um rol em que estejam escritos os nomes dos três sujeitos que entenderem em sua consciência devem ser propostos para servirem de escrivão e assim será para o ofício de tesoureiro e procurador. Em segredo irá o juiz perguntando a cada um dos irmãos qual dos três sujeitos propostos elegem para juiz, qual elegem para escrivão, tesoureiro e procurador, e o dito escrivão irá tomando os votos de cada um, em segredo, e aquele irmão dos três propostos que levar mais votos, esse será o juiz, e assim será o escrivão, tesoureiro e procurador, e sendo caso que se empate, o juiz será o que decide o desempate”²⁹.

Os compromissos, portanto, não revelavam todas as atividades das irmandades envolvidas em muitos segredos e silêncios:

“(...) e se quiser o Imperador fazer alguma Mesa ou convocação de parentes, assim irmãos como não irmãos, para alguma determinação do seu estado, lhe concederá o juiz com a sua Mesa o fazê-la no

nosso consistório sem impedimento algum, para não convocar tanta gente em sua casa que faz suspeita entre a vizinhança.” (Acréscimento do capítulo 3º - Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, bispado do Rio de Janeiro, 1767).

VII. A ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA DAS IRMANDADES

No que se refere à organização econômica, temos que as irmandades possuíam várias fontes de renda: taxas de admissão, contribuições dos oficiais das festas, esmolas pedidas por irmãos devidamente autorizados, anuais, doações dos benfeitores, aluguéis de propriedades e de terras.

A construção de prédios bem equipados e ornamentados revela a importância das igrejas para os negros, como símbolo de prestígio e espaço de vivência religiosa e social.

As festas religiosas, os funerais, o socorro aos irmãos mais necessitados também eram indicativos da habilidade das irmandades para gerenciar os seus bens. Para isso cercavam-se de vários cuidados e estabeleciam várias normas para regular a atividade do tesoureiro e do procurador: “(...) assentamos que os ditos procuradores ou outro qualquer nosso irmão, ainda que seja o juiz da Mesa, não tenha em sua mão dinheiro algum da irmandade, porque todo entregará em Mesa, dando dele conta, para se lançar no cofre de que se fará assento no livro da receita, nem do dinheiro algum poderão dispor uma quantia maior de dez tostões, sem ser com o consentimento da Mesa e do nosso escrivão e procurador. E também, enquanto a nossa igreja não estiver de toda acabada e paramentada, se não emprestará, nem dará a juros dinheiro algum da irmandade. E a Mesa que assim o não observar pagará de suas bolsas a dita quantia que tiver emprestado ou dado a juros, e além disso satisfarão mais a irmandade de condenação trinta e dois mil réis”³⁰.

Nem todas as fontes de rendas e despesas eram mencionadas pelas irmandades. O auxílio dado aos irmãos mais necessitados, a ajuda aos doentes, o alimento que se levava aos presos raramente são mencionados nos capítulos dos compromissos.

O valor da taxa de admissão e outras contribuições pagas pelos irmãos variavam de acordo com a cor do admitido. Nas irmandades dos pretos, os irmãos brancos eram obrigados a contribuir com uma quantia mais elevada que os pardos e negros. E na irmandade dos pardos da Vila de Serinhaém, por exemplo, enquanto estes pagavam de entrada 2 patacas, ou seja, 640 réis, os pretos eram obrigados a pagar 2 mil réis. Essa mesma distinção não se verificava em relação ao sexo dos irmãos. Homens e mulheres pagavam a mesma importância, revelando certa igualdade e prestígio das mulheres nessas associações.

Outra fonte de renda considerável eram as contribuições dadas pelos juízes, juízas, reis e rainhas, que freqüentemente eram obtidas através da coleta de esmolas, no caso dos reis, principalmente entre os seus nacionais. As irmandades de brancos, como bem demonstra Marcos Magalhães³¹, raramente elegiam juízes, cabendo aos oficiais e mesários parcelas significativas da receita.

O dinheiro arrecadado pelas irmandades freqüentemente era colocado em cofres fechados por três chaves: uma ficava com o juiz, outra com o procurador e a terceira com o escrivão ou tesoureiro.

Entre as atribuições do sacristão estava a guarda da chave da igreja e dos seus bens, que lhe eram entregues por inventário. Cuidava do asseio dos altares, tocava o sino e zelava para que os objetos da igreja não fossem emprestados para “uso profano”, o que poderia levá-lo a ser expulso.

De todos os gastos das irmandades, o que mais causava polêmicas e conflitos era o pagamento aos párocos, devido aos excessos que então se verificavam, sobretudo em relação às conhecenças.

A taxação das conhecenças era um direito próprio dos párocos, visando à sustentação de sua dignidade sacerdotal, e se traduzia em tributo pecuniário cobrado aos paroquianos por ocasião da desobriga quaresmal. Variavam de acordo com as dioceses e incidiam sobre as pessoas que cumpriam o preceito da confissão ou da comunhão anual da Páscoa.

Eram freqüentes também as acusações dos párocos contra as irmandades. Primeiro, porque empregavam seus recursos nas suas próprias



capelas e igrejas, recusando-se a auxiliar com as despesas dos ofícios religiosos das matrizes. E, ainda, porque celebravam suas festas e ofícios sem a autoridade e a assistência dos párocos, impedindo-os de receber os emolumentos e desfrutar as regalias da sua posição hierárquica.

VIII. AS FESTAS

Viajantes estrangeiros que visitaram o Brasil no período colonial ficavam admirados com a pompa e a cerimônia das festas organizadas

pelas irmandades, que possibilitavam aos escravizados momentos de lazer, de diversão e de convívio social.

“Porquanto vimos que a experiência tem mostrado que um estado de folia nas irmandades pretas serve de muita felicidade assim para os ânimos dos irmãos como para acudirem de novo muitos de fora, queremos que haja um estado de imperador, imperatriz, príncipe e princesa, somente com a diferença que o imperador e mais pertencentes ao seu cargo hão de ser por triênio.” (Cap. 29 - Compromisso da Irmandade de Santa Efigênia e Santo Elesbão, bispado do Rio de Janeiro, 1767).

No compromisso da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios do Rio de Janeiro, composta por africanos da Costa da Mina, observamos os irmãos assumindo a promessa de não executarem danças com gestos obscenos ou indecentes nas festividades de Nossa Senhora do Rosário, o que significa que a pastoral contra festas ilícitas, promulgada em 1747 pelo bispo do Rio de Janeiro, frei Antônio de Desterro, havia sido insuficiente para coibir tais “abusos”.

“Uma pastoral por se fazerem alguns ajuntamentos de pessoas de um e outro sexo, com pretexto de se festejar a Maria Santíssima ou outra alguma imagem, ornando para isso altares com músicas e instrumentos e outras pompas, e que depois destas ações se empregavam as ditas pessoas de um e outro sexo em bailes, batuques, saraus, divertimentos totalmente alheios ao louvor de Deus e sua Mãe Santíssima, concorrendo muita gente, sendo isto ocasião de escândalo parecendo estes obséquios com os que os gentios faziam a seus falsos deuses, misturados de ações indecentes e escandalosas. Declaramos semelhante exercício por perigoso, contrário aos bons costumes e aplauso de N. Sra. ou de qualquer outro santo, e como tal, ilícito. Pelo que mandamos com pena de excomunhão que se proibam semelhantes ajuntamentos, festejos e batuques, e na mesma pena incorrerão todas as pessoas que assistirem a eles ou concorrerem com música, casa ou outra alguma cooperação”³².

Em Recife, por ocasião das festividades da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, dançava-se o maracatu, que demonstrava o encontro



entre índios e negros na região e também causava suspeitas nas autoridades eclesiásticas. Na Mesa Administrativa dessa irmandade predominavam as negras e os negros forros, que desenvolviam atividades econômicas e investiam boa parte de seus rendimentos nas cerimônias religiosas, sendo freqüentemente eleitos para rei e rainha do Congo.

IX. O ENTERRO DOS IRMÃOS

O Rio de Janeiro foi a primeira cidade a providenciar o enterro dos escravos, quando em 1665 os franciscanos criaram um cemitério para os escravos da ordem, e, em 1695, o governo da capitania fez acordo com a Santa Casa de Misericórdia, que passou a receber 1 cruzado (400 réis) por enterro de escravos. A esse respeito comenta Vivaldo Coaracy: “Não raras vezes os senhores mandavam abandonar esses corpos em lugares ermos, e outras faziam sepultá-los em covas tão rasas que os cães e outros animais os descobriam”. Então, os escravos por si mesmos tomaram a iniciativa de preparar-se para a morte, primeiro com a Irmandade do Rosário e, em 1724, com um pequeno cemitério provido de capela, de que nasceu a igreja da Lampadosa³³.

No compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da



Freguesia de Santo Antônio do Cabo (Pernambuco, 1767), encontramos o seguinte capítulo:

“Em falecendo algum nosso irmão ou irmã ou algum dos seus filhos menores e vindo sepultar-se ou nesta nossa igreja ou em alguma desta povoação e indo na nossa tumba se tocará o sino e todos os irmãos que morarem na povoação e seus arredores, sendo avisados pelo procurador, se ajuntarão na nossa igreja (...) para que saiam em ordem, acompanhando a cruz e o guião com suas opas brancas e tochas ou velas nas mãos e pelas ruas irão todos com muita compostura e modéstia até a parte onde estiver o corpo do irmão ou irmã defunta e daí irão com a mesma ordem até a igreja onde se for sepultar. E por cada um dos irmãos ou irmãs que falecerem mandará esta venerável irmandade rezar pelo seu capelão quatro missas por sua alma e cada um dos irmãos ou irmãs vivas lhe rezará um rosário.”

O número de missas rezadas pelas almas dos irmãos mortos variava de duas a 50 e era indício da situação financeira das irmandades. A Irmandade das Almas da Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty, bispado do Rio de Janeiro, fez em 1781 uma representação ao Rei pedindo a autorização para dobrar o valor cobrado para a entrada e para os anuais, a fim de cobrir as despesas que se faziam com as missas celebradas pelos irmãos falecidos, que de dez tinham dobrado para 20. Nesse mesmo documento solicitam a aprovação real para a decisão que haviam tomado de não receber irmãos que excedessem a 40 anos de idade, sem que dessem uma esmola a arbítrio da Mesa.

Além do custo das missas, havia a taxa a ser paga pelo aluguel do esquife, caso a irmandade não o tivesse, o pagamento para a abertura das covas e para o capelão da irmandade. Ficava também estabelecido nos compromissos que mesmo aquele que não pertencesse à irmandade poderia ser enterrado por ela, desde que pagasse uma taxa mais elevada, determinada nos compromissos, e se dispusesse a ser conduzido por negros.

“Em querendo algum irmão por seu falecimento que o seu corpo seja conduzido na tumba da nossa irmandade, não haverá dúvida alguma, senão em não ser conduzido por irmãos de superior cor, e sim será pelos nossos irmãos conduzido”. (Cap. 39 – Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, bispado de Pernambuco, 1783).

A Irmandade de São Domingos do Rio de Janeiro empreendeu uma longa batalha jurídica contra o cônego Francisco Lopes Xavier, para garantir a propriedade do seu cemitério, da qual saiu derrotada. Numa de suas petições assim se manifestava:

“(...) ignoram os suplicantes se a terra doada foi na frente ou no fundo da igreja (...) por lhes não poder ser nociva a ignorância, omissão e pobreza dos antecessores dos ditos suplicantes, que serão felizes se Vossa Alteza empregar neles os olhos da sua piedade, atendendo a distância em que habitam; a cujo direito e circunstâncias só se podia opor o suplicado, talvez por

não temer ter contra si todas as almas que animaram os corpos, que se reclusaram no sagrado daquele silêncio, e não poder a sua cobiça ter respeito a essas mesmas almas, que são sufragadas por meio da Sagrada Cruz naquele lugar, para sobre seus descarnados ossos se praticarem escândalos tão agravantes como odiosos”. (Lisboa, AHU, Rio de Janeiro, Caixa 200, Doc. nº. 81, Anterior a 1802/06/28.)

X. A PRESENÇA DAS MULHERES

A presença feminina marcante é um dado importante para a caracterização das irmandades negras e pardas, indicando um contraste com as associações de brancos, cuja predominância parece ter sido sempre masculina. Participavam da Mesa Administrativa, exercendo principalmente a função de rainha, juíza, escritvã, irmã de Mesa ou mordoma, responsável pela organização das festas.

Desde os últimos anos do século XVIII, observa-se o costume de os membros das irmandades participarem simultaneamente de várias associações. As mulheres, principalmente, ingressavam em diversas irmandades.

Se nas associações mineiras desse período, o crescente aumento de mulheres indicava maior estabilidade econômica e social, a sua presença nas irmandades paulistas do final do século XIX revela uma participação ativa e marcante na vida política e social.

O primeiro compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de São Paulo prevê a entrada de mulheres, mas ao mesmo tempo faz algumas restrições:

“O juiz e o escrivão desta irmandade terão cuidado de ver as pessoas que admitem por irmão, principalmente as mulheres, se são honestas e capazes, e os homens, de procedimento e trato bom”. (Capítulo 17º)

O artigo 13 do compromisso estabelecia no seu parágrafo único que as irmãs de Mesa, em razão de seu sexo, eram impedidas de prestar outros serviços à irmandade, por isso ficavam incumbidas de pagar uma jóia de 10 mil réis e de vestir um anjo para acompanhar a procissão que, no dia da festa da padroeira, percorria as ruas da cidade.

Ajudar a organizar as festas e arrecadar esmolas eram as atribuições oficiais das mulheres nas irmandades, contudo, temos exemplos como o de Rufina Maria do Ó, que participava, ao mesmo tempo, da Irmandade do Rosário, da Irmandade de São Benedito e, ainda, da Irmandade de Santa Efigênia e Santo Elesbão, associações nas quais os caifazes tiveram uma efetiva participação.

Podemos dizer que, se num primeiro momento, o movimento abolicionista paulista limitava-se a uma ação parlamentar, a segunda etapa, que se inicia na década de 1880, é marcada por uma campanha que conta com a adesão de vários segmentos sociais e passa a exercer uma ação direta para acabar com a escravidão. Estes ficaram conhecidos como caifazes, em associação com a passagem do evangelho de São João em que sentencia Caifaz: “Vós nada sabeis, não compreendeis que convém que um homem morra pelo povo, para que o povo todo não pereça? E entregou Jesus a Pilatos” (Jo. 11,50). A ação revolucionária dos caifazes deve ser vista a partir de um duplo aspecto: a desorganização do trabalho escravo, que incluía todo o processo de fuga (do incitamento à chegada ao Quilombo do Jabaquara, em Santos) e a inserção do negro fugido no mercado de trabalho. A dinâmica e a complementaridade entre esses dois aspectos definem o caráter inovador da atuação dos caifazes³⁴

XI. A IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS DE SÃO PAULO E O MOVIMENTO DOS CAIFAZES

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de São Paulo data do início do século XVIII, e a construção da sua igreja coube aos próprios escravizados que nela trabalhavam nos dias santificados e aos domingos.

Entre os capítulos do seu antigo compromisso destacamos:

“Cap. 14 – Os corpos dos nossos irmãos falecidos serão sepultados na nossa igreja.”

“Cap. 21 – O irmão enfermeiro terá a seu cargo saber se falta algum irmão a sua obrigação, e se é por causa de alguma enfermidade dará parte ao irmão juiz e aos demais irmãos para que o visitem (...). Dar-lhe-ão alguma esmola em dinheiro e se morrer, uma mortalha.”

Cap. 22 – Se algum irmão não satisfizer seus anuais por cair em conhecida pobreza, nem por isso será privado dos benefícios desta. Antes a irmandade se haverá com ele caritativamente e o socorrerá naquilo que puder.”

“Cap. 24 – Todas as vezes que qualquer irmão desta irmandade alcançar título de alforria e liberdade (...) e se valer da irmandade, esta será obrigada a dar-lhe todo o adjutório que para tal liberdade for necessário.”

Outro aspecto importante para a caracterização dessa irmandade diz respeito à realização das festividades religiosas. Os cargos de juiz, juíza, rei e rainha eram reservados aos pretos.

“Cap. 3 - O juiz proporá três para cada uma das ditas ocupações. Sempre serão aqueles mais antigos e zelosos da irmandade (...). E então se procederá a votos de toda a Mesa e mais irmãos que se acharem presentes.”

Ao que parece essas eleições eram bastante concorridas. O jornal Correio Paulistano de 1860 acompanhou a polêmica que se travou entre dois candidatos ao posto de rei do Congo para as festividades de Nossa Senhora do Rosário. A eleição ocorreu somente depois de ter sido adiada por várias vezes, e o candidato derrotado declarou que a eleição só cabia nos casos em que não houvesse “príncipes de sangue” e que o rei que acabara de ser eleito não era do Congo. Alguns dias depois o jornal dizia que a instituição do rei do Congo estava tomando um aspecto perigoso e que muitos crimes eram cometidos por influência das doutrinas dos pretos forros.

No ano de 1888 ocorreu uma tumultuada eleição para a Mesa Administrativa, cujos membros na sua maioria não chegaram a tomar posse. Nessa eleição estava presente Antônio Bento de Souza e Castro, sucessor de Luiz Gama no Centro Abolicionista de São Paulo, provedor da Confraria de Nossa Senhora dos Remédios e protetor da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de São Paulo.

O cargo do provedor da Confraria de Nossa Senhora dos Remédios (onde estava instalada a tipografia do jornal A Redenção) facilitou o contato com os irmãos de várias irmandades, e apesar de serem entidades autônomas havia grande comunicação entre elas promovida pelos irmãos adeptos do movimento dos caifazes.

Nos livros de assentamentos das irmandades encontramos os mesmos irmãos inscritos na Confraria dos Remédios, na Irmandade de São Benedito, na Irmandade de Santa Efigênia e Santo Elesbão, ao mesmo tempo ou alternadamente.

A ação ilegal dos caifazes se fazia da seguinte maneira:

- infiltravam-se nas fazendas, utilizando os mais diversos disfarces para conquistar a confiança dos escravos e convencê-los a fugir. Era a parte mais arriscada e mais difícil, pois podiam ser denunciados, descobertos, e muitos escravos resistiam à fuga com medo dos castigos;
- iam a São Paulo, onde permaneciam escondidos nas igrejas, nas casas particulares e em estabelecimentos comerciais cujos donos muitas vezes eram membros das irmandades;
- de São Paulo partiam para Santos, a pé ou ajudados por ferroviários adeptos das idéias abolicionistas. Aí permaneciam mais uma vez escondidos até se dirigirem para o Quilombo do Jabaquara, em Santos.

Com a implantação do catolicismo ultramontano, que se consolidou na Igreja Católica como resultado de um longo processo de reformas iniciadas no século XIX e concluídas nas primeiras décadas do século XX, a Igreja romanizada destituiu do leigo o poder de decisão e administração. As irmandades sofreram um profundo esvaziamento de suas atribuições. Muitas foram extintas e outras transformaram-se em associações predominantemente assistencialistas.

XII. RUFINA MARIA DO Ó: MULHER NEGRA

Rufina alistou-se como irmã simples na Irmandade de São Benedito no dia 19 de agosto de 1872. Pagou a jóia de 640 réis e, nesse mesmo ano, foi eleita rainha para as festividades de Nossa Senhora do Rosário, conforme está registrado no Livro de Assentamento de Irmãs Libertas. Em 1884 passou deste para o Livro de Assentamento de Irmãs, pagando o seu anual até 1891.

Em 1876 Rufina foi eleita irmã de Mesa na Irmandade de Santa Efigênia e Santo Elesbão, conforme consta no Livro de Atas dessa irmandade. Novamente foi eleita irmã de Mesa para o ano de 1888, quando o conflito entre a irmandade e o vigário José de Camargo Barros havia se intensificado tanto, que o próprio Antônio Bento chegou a participar de algumas reuniões a convite dos irmãos de Santa Efigênia. Desde 1879 havia ingressado também na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, sendo eleita irmã de Mesa para o ano de 1884. Em 1892 foi eleita juíza da irmandade, em sessão realizada no dia 18 de dezembro.

A presença de Rufina Maria do Ó em diversas irmandades negras não é um caso isolado. Posteriormente citarei outros exemplos. O que, no entanto, chama a atenção é observar o grande trânsito de irmãos de uma irmandade para outra e o papel desempenhado por alguns, que atuavam como contato ou ponte de ligação entre essas associações.

Ainda podemos encontrar referência a Rufina na ata da sessão extraordinária realizada no dia 14 de outubro de 1894, na Irmandade do Rosário. Nessa sessão, o irmão Hilário Moraes Torres fala sobre a suspensão às irmãs mesárias e sobre a irmã Rufina, à qual faz uma censura, citando o parágrafo 13 do artigo 7º, capítulo 2º. Segundo esse parágrafo, cabe à Mesa Administrativa exercer uma rigorosa vigilância sobre os empregados da irmandade e suspendê-los, quando remissos no cumprimento de seus deveres.

É muito difícil, a partir dessas informações tão reduzidas, saber com clareza as razões dessas suspensões. No entanto, é muito provável que Rufina Maria do Ó, como tantas outras irmãs que permanecem anônimas, tenha feito pelas irmandades muito mais que arrecadar esmolas e

vestir um anjo para acompanhar a procissão no dia da festa da padroeira. Podemos levantar a hipótese de que, além do sentimento religioso, outros objetivos motivaram essas negras escravizadas ou libertas a participar tão ativamente dessas irmandades.

Quero ainda destacar que as irmãs escravizadas, quando se tornavam libertas, passavam do Livro de Cativas para o Livro de Libertas (Livro nº. 3) e, posteriormente, para o Livro de Assentamento de Irmãs, conforme revela a documentação referente à irmandade de São Benedito.

- Florisbela Thereza de Jesus vem do livro de escravos e alistou-se como irmã de Mesa perpétua no dia 17 de abril de 1867.

- Luíza, que foi da casa do finado major Francisco José de Azevedo, passou das fls. 288 do Livro de Cativas, no qual consta que estão pagos seus anuais até 1864.

- Rita Maria do Espírito Santo, irmã desde muito tempo, tinha assento no Livro de Cativas e passou para o de Libertas, por ser livre, em 10 de junho de 1859, quando pagou o anual.

Outras irmãs, registradas inicialmente no Livro de Libertas, passavam deste para o Livro de Assentamento de Irmãs.

- Florisbela Augusta de Oliveira Mendes passou do Livro nº. 3, fl. 175, como irmã de Mesa perpétua em 1884. Havia ingressado também como irmã de Mesa perpétua no Livro de Cativas aos 12 de maio de 1861, tendo pago de entrada 2 mil réis.

- Maria Gertrudes Cavalheiro passou do Livro nº. 3, fl. 179, como irmã simples em 1884. De acordo como o Livro de Libertas, alistou-se como irmã simples em 23 de outubro de 1872, tendo pago a quantia de 640 réis.

- Maria Cândida Cerqueira Leme passou do Livro nº. 3, fl. 177, como irmã de Mesa perpétua em 1884. De acordo com o Livro nº. 3, entrou como irmã simples em 19 de maio de 1861, tendo pago a entrada de 640 réis, e passou a irmã de Mesa perpétua em 1862, quando pagou a quantia de 2 mil réis.

Muitas irmãs, por questão de devoção ou para pagar promessa, pre-

ocupavam-se em alistar seus filhos nas irmandades. A iniciativa partia das mães, não constando no livro de registro o nome dos pais.

· Amélia Emydia da Luz (2 anos de idade), filha de Francelina Maria da Luz, alistou-se no dia 30 de abril de 1866 como irmã simples e pagou 640 réis.

· Benedita Emydia da Luz, filha de Francelina Maria da Luz, alistou-se no dia 24 de abril de 1867 como irmã simples e pagou 640 réis. Faleceu em 1870.

· Lídia do Carmo Guedes, menor de 2 anos, filha de Marciana, alistou-se em 28 de maio de 1871 como irmã simples e pagou a jóia de 640 réis. Faleceu em 1872.

· Adelina Eugênia da Silva, menor, filha de Custódia Francisca da Silva, assentou por promessa como irmã de Mesa perpétua em junho de 1863 e deu de jóia a entrada de 2 mil réis.

Finalmente quero recuperar o nome de mais algumas irmãs que, como Rufina, participaram ativamente em mais de uma irmandade de negros nas últimas décadas do século XIX: Silvana Maria do Rosário, Rita Maria do Bonfim, Maria do Carmo Baptista, Marciana do Carmo Guedes, Athanásia Umbelina Xavier, Florência Maria das Dores, Virgínia Benedita do Espírito Santo, Maria Rita dos Santos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final do século XIX generalizou-se o costume de o próprio escravizado ou escravizada encarregar-se dos pagamentos da taxa da inscrição e dos anuais. Sobre isso manifesta-se o Compromisso do Rosário ao se referir às funções do procurador:

“Também terá cuidado de saber de que modo vivem os irmãos, as irmãs, e o dinheiro de suas esmolas com que se assentaram, e do mais que der cada ano, de que modo o ganham, porque deve ser dado de bom grado, ou de seu trabalho como Deus manda. (Cap. 8º)”.

As mulheres não inscritas nas irmandades podiam dispor de alguns direitos por meio do marido:

“Todas as vezes que morrer a mulher ou filho de algum irmão os acompanhará a irmandade com todo o aparato, e se lhe dará sepultura, e lhe mandarão dizer as sete missas pela alma da dita mulher. (Cap. 15º)”.

A presença das mulheres nas irmandades refletia as modificações sociais e econômicas que lhes davam a possibilidade de se tornarem livres através da compra da carta de alforria. Outras ainda, ao inscreverem seus filhos nessas associações ou mesmo ao pagarem a taxa referente ao ingresso nas irmandades como irmãs de Mesa perpétua, evidenciam que era possível não apenas garantir a sobrevivência como também fazer uma pequena economia.

Quanto à Irmandade do Rosário de São Paulo, temos que, em 1903, a Câmara Municipal declarou de “utilidade pública” o local onde se situava a Igreja do Rosário, e esta foi transferida para o Largo do Paissandu, apesar dos protestos dos moradores que tentaram embargar as obras. Para que não restasse nenhum vestígio da presença da irmandade, nem mesmo o nome foi preservado. Em janeiro de 1905, o Largo do Rosário dos Pretos, como era conhecido, passou a denominar-se Praça Antônio Prado.

Em 1940 o prefeito de São Paulo, Francisco Prestes Maia, propôs a demolição da Igreja do Rosário, baseado em três objetivos principais: o primeiro de ordem estética, ou seja, harmonizar a praça com as novas construções do local; o segundo, melhorar a circulação de trânsito com o alargamento da avenida; e o terceiro, transformar a praça num local digno de receber o monumento ao Duque de Caxias. As negociações foram abandonadas com o falecimento do presidente da comissão pró-monumento.

Outros canais de participação política e vivência religiosa foram criados e conquistados pela população negra, mas a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário permanece ainda hoje como símbolo de resistência e esperança, tal qual a Irmandade da Boa Morte, de São Benedito, de Santa Efigênia e tantas outras que, espalhadas pelo país, continuam figurando como exemplos de nossos mais valiosos e importantes patrimônios culturais.

Referências bibliográficas

PRANDI, Reginaldo. Herdeiras do axé. Sociologia das religiões afro-brasileiras. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 56-57.

MOTT, Luís. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: SOUZA, Laura de Mello (Org.). História da vida privada no Brasil. Cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 175.

FERRETTI, Sérgio Figueiredo. Repensando o sincretismo. São Paulo: Edusp, 1995, p. 219-220.

GENOVESE, Eugene D. A terra prometida. O mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. E ainda o seguinte depoimento: “Quando ouvi as palavras do Salvador, ‘vinde a mim todos os que estais oprimidos e eu vos aliviarei’, eu o procurei e encontrei e foi como um bálsamo para as minhas feridas, uma consolação para minha alma atormentada...”. Biografia de Mahommah G. Baquaqua. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 8, nº. 16, p. 278, mar./ago. 1988.

ELIADE, Mircea. O sagrado e o profano, a essência das religiões. Lisboa: Livros do Brasil, s.d. (e outras obras do mesmo autor).

WERNET, Augustin. A igreja paulista no século XIX. A reforma de D. Antonio Joaquim de Melo (1851-1861). São Paulo: Ática, 1987, p. 4.

AZZI, Riolando. Elementos para a história do catolicismo no Brasil. In: Revista Eclesiástica Brasileira, v. 36, p. 141.

CARDOSO, Manoel da Silveira. As irmandades da antiga Bahia. In: Revista de História, v. LXVII, nº. 95, p. 241.

SCARANO, Julita. Devoção e escravidão: A irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII. (Col. Brasiliana, 357). p. 8.

Freyre, Gilberto Casa-grande & senzala. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952, p. 178.

BOSCHI, Caio César. Os leigos e o poder. São Paulo: Ática, 1986, p.25-26

BASTIDE, Roger. As religiões africanas no Brasil. Primeiro volume. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971, p. 163.

TINHORÃO, José Ramos. Os negros em Portugal. Lisboa: Editorial Caminho, 1988, p. 126-127.

DUPRONT, Alphonse. A religião - Antropologia religiosa. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. História: novas abordagens. Francisco Alves, p. 90-91.

AMARAL, Raul Joviano do. Os pretos do Rosário de São Paulo. Subsídios históricos. São Paulo: Edições Alarico, 1953, p. 18.

VAINFAS, Ronaldo. Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 114.

SILVA, Francisco de Paulo e. A vida de São Benedito

Lisboa, AHU, Códice 1950, Compromisso da Irmandade de N. Sra. do Rosário e São Benedito, cap. 13.

THURSTON, Herbert J. e ATTWATER, Donald. A vida dos santos de Butler. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 48 e 49.

BOGAZ, Antonio Sagrado. Tempo comum e festas dos santos, tempo de crescer na fé e santificar para a animação litúrgico-pastoral. São Paulo: Paulinas, 1992, p. 66.

Lisboa, AHU, Códice 21 bis, 1737/10/17. Compromisso da Irmandade de São Benedito. Ribeirão do Carmo, MG.

AGUIAR, Marcos Magalhães. Vila Rica dos confrades: a sociabilidade confrarial entre negros e mulatos no século XVIII, São Paulo, USP. Dissertação de Mestrado. 1993, mimeo.p.248

Lisboa, AHU, Compromisso da Irmandade de N. Sra. da Conceição dos Pardos Sujeitos, Códice 1296. 1789.

MORAIS SILVA, Antonio. Grande dicionário da língua portuguesa. 10ª ed., p. 681.

CALDAS AULETE. Dicionário contemporâneo de língua portuguesa. Vol. V. Rio de Janeiro: Delta, 1964, p. 3679.

Lisboa, ANTT, Chanc. Antiga da Ordem de Cristo, comuns, Livro 283, Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, bispado de Pernambuco, 1767, Const. 13^a.

Lisboa, ANTT, Compromisso da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, cita na Igreja de São Domingos da cidade do Rio de Janeiro, 1767, 1^o 2911, f. 151, cap. 4.

Lisboa, ANTT, Chanc. Antiga da Ordem de Cristo, Comuns, Compromisso da Irmandade de N. Sra. do Rosário, Bispado de Pernambuco, 1767, f. 110, Livro 283, Constituição 13^a.

AGUIAR, Marcos Magalhães de. Vila Rica dos confrades: a sociabilidade confrarial entre negros e mulatos no século XVIII. São Paulo, USP. Dissertação de Mestrado, 1993, mimeo. P. 179

Lisboa, AHU, Caixa 149, Rio de Janeiro, Doc. n^o. 69, 16/06/1781.

CARNEIRO, Edison. Ladinos e crioulos: estudos sobre o negro no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 56 e 57.

PONTES, Maria Alice de Aguiar de Barros. A prática abolicionista em São Paulo: os caifazes (1882-1888) .FFLCH-USP, Dissertação de mestrado, 1976 (mimeografada). p.46.

NOTAS

¹ PRANDI, Reginaldo. *Herdeiras do axé. Sociologia das religiões afro-brasileiras*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 56-57.

² MOTT, Luís. *Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu*. In: SOUZA, Laura de Mello (Org.). *História da vida privada no Brasil. Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 175.

³ FERRETTI, Sérgio Figueiredo. *Repensando o sincretismo*. São Paulo: Edusp, 1995, p. 219-220.

⁴ “Os brancos não sabem rezar direito para o deus dos negros” (Henrietta Perry, ex-escrava da Virgínia); “Os brancos têm medo da religião. Eu não ligo para o que os brancos me dizem quando eu grito. O Espírito me conduz todos os dias, e por isto permaneço Nele. Os brancos não sentem como eu; por isso não permanecem no Espírito” (Anderson Jackson, ex-escravo da Carolina do Sul). In: GENOVESE, Eugene D. *A terra prometida. O mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. E ainda o seguinte depoimento: “Quando ouvi as palavras do Salvador, ‘vinde a mim todos os que estais oprimidos e eu vos aliviarei’, eu o procurei e encontrei e foi como um bálsamo para as minhas feridas, uma consolação para minha alma atormentada...”. *Biografia de Mahommah G. Baquaqua*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, n°. 16, p. 278, mar./ago. 1988.

⁵ ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano, a essência das religiões*. Lisboa: Livros do Brasil, s.d. (e outras obras do mesmo autor).

⁶ WERNET, Augustin. *A igreja paulista no século XIX. A reforma de D. Antonio Joaquim de Melo (1851-1861)*. São Paulo: Ática, 1987, p. 4.

⁷ AZZI, Riolando. *Elementos para a história do catolicismo no Brasil*. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 36, p. 141.

⁸ CARDOSO, Manoel da Silveira. *As irmandades da antiga Bahia*. In: *Revista de História*, v. LXVII, n°. 95, p. 241.

⁹ SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: A irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. (Col. *Brasiliana*, 357). p. 8.

¹⁰ Citado por Gilberto Freyre, *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952, p. 178.

¹¹ BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986, p.25-26

¹² BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil. Primeiro volume*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971, p. 163.

¹³ TINHORÃO, José Ramos. *Os negros em Portugal*. Lisboa: Editorial Caminho, 1988, p. 126-127.

¹⁴ DUPRONT, Alphonse. *A religião - Antropologia religiosa*. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. Francisco Alves, p. 90-91.

¹⁵ AMARAL, Raul Joviano do. *Os pretos do Rosário de São Paulo. Subsídios históricos*. São Paulo: Edições Alarico, 1953, p. 18.

¹⁶ TINHORÃO, José Ramos, *op. cit.*, p. 131.

¹⁷ Citado por VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 114.

¹⁸ DUPRONT, Alphonse, *op. cit.*, p. 92.

¹⁹ SILVA, Francisco de Paulo e. *A vida de São Benedito*, p. 67. Devo a leitura desse livro a frei Oscar Lustosa, a quem agradeço a atenção e a gentileza quando da minha pesquisa no Convento dos Dominicanos.

²⁰ Lisboa, AHU, Códice 1950, *Compromisso da Irmandade de N. Sra. do Rosário e São Benedito*, cap. 13.

²¹ THURSTON, Herbert J. e ATTWATER, Donald. *A vida dos santos de Butler*. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 48 e 49.

²² SILVA, Francisco de Paula e. *A vida de São Benedito*.

²³ BOGAZ, Antonio Sagrado. *Tempo comum e festas dos santos, tempo de crescer na fé e santificar para a animação litúrgico-pastoral*. São Paulo: Paulinas, 1992, p. 66.

²⁴ Lisboa, AHU, Códice 21 bis, 1737/10/17. *Compromisso da Irmandade de São Benedito. Ribeirão do Carmo, MG*.

²⁵ AGUIAR, Marcos Magalhães. *Vila Rica dos confrades: a sociabilidade confrarial entre negros e mulatos no século XVIII, São Paulo, USP. Dissertação de Mestrado*. 1993, mimeo.p.248

²⁶ Lisboa, AHU, *Compromisso da Irmandade de N. Sra. da Conceição dos Pardos Sujeitos, Códice 1296*. 1789.

²⁷ “Segredo: coisa ou circunstância que se oculta aos outros: Fato sobre o qual se guarda rigoroso silêncio. Causa oculta.” In: MORAIS SILVA, Antonio. *Grande dicionário da língua portuguesa*. 10^a ed., p. 681. “Meio de ação sabido somente pelos iniciados em algum negócio para produzir certos resultados ou efeitos: Razão oculta; meio particular posto em uso ou ação por uma pessoa para ser excelente ou tornar-se superior com o resultado obtido.” In. CALDAS AULETE. *Dicionário contemporâneo de língua portuguesa*. Vol. V. Rio de Janeiro: Delta, 1964, p. 3679.

²⁸ Lisboa, ANTT, *Chanc. Antiga da Ordem de Cristo, comuns, Livro 283, Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, bispado de Pernambuco, 1767, Const. 13^a.*

²⁹ Lisboa, ANTT, *Compromisso da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, cita na Igreja de São Domingos da cidade do Rio de Janeiro, 1767, 1^o 2911, f. 151, cap. 4.*

³⁰ Lisboa, ANTT, *Chanc. Antiga da Ordem de Cristo, Comuns, Compromisso da Irmandade de N. Sra. do Rosário, Bispado de Pernambuco, 1767, f. 110, Livro 283, Constituição 13^a.*

³¹ AGUIAR, Marcos Magalhães de. *Vila Rica dos confrades: a sociabilidade confrarial entre negros e mulatos no século XVIII. São Paulo, USP. Dissertação de Mestrado, 1993, mimeo. P. 179*

³² Lisboa, AHU, *Caixa 149, Rio de Janeiro, Doc. n^o. 69, 16/06/1781.*

³³ CARNEIRO, Edison. *Ladinos e crioulos: estudos sobre o negro no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 56 e 57.*

³⁴ PONTES, Maria Alice de Aguiar de Barros. *A prática abolicionista em São Paulo: os caifazes (1882-1888). FFLCH-USP, Dissertação de mestrado, 1976 (mimeografada). p.46.*

GLOSSÁRIO DA COLEÇÃO

Auto-aceitação: ato ou efeito de aceitar a si mesmo; acolhimento. Disposição de experimentar, acolher e assumir responsabilidades pelos próprios pensamentos, sentimentos e ações.

Auto-estima: sentimento amoroso que uma pessoa é capaz de nutrir por si mesma. Reconhecimento e valorização das próprias qualidades, potencialidades e atributos físicos e respeito às próprias imperfeições e limitações.

Axé: palavra de origem iorubá que significa força vital. Trata-se da força-ser que estrutura o universo. Em língua bantu: ntu.

Casa-grande: habitação senhorial, geralmente o centro de uma propriedade rural (engenho de açúcar, fazenda de café ou gado) em que habitavam o senhor proprietário, seus familiares e agregados.

Discriminação positiva: termo usado atualmente com a finalidade de reparar erros que foram secularmente cometidos e endossados pela sociedade. Exemplos: bancos diferenciados para idosos no transporte coletivo; cota mínima para mulheres nas representações de partidos políticos; cota mínima para indígenas e afro-descendentes nas instituições de ensino superior.

Discriminação racial: ato de discriminar uma pessoa tendo como base sua raça/cor da pele, com a intenção de preteri-la, ofendê-la, excluí-la ou inferiorizá-la. Pode ser um ato explícito, dirigido diretamente à pessoa-alvo, ou um ato camuflado.

Discriminar: separar com base em categorias. Por exemplo, ao criar a categoria cor, discrimina-se o azul do amarelo, do roxo, do preto, do cor-de-rosa. Ao criar a categoria som: discrimina-se o som alto do baixo, do agudo, do grave. A discriminação deixa de ser somente um ato de separação que visa organizar algo dentro de categorias inventadas pelos humanos quando é apoiada em valores por meio dos quais são estabelecidas hierarquias.

Estereótipo: clichê, rótulo, modelo rígido e anônimo, com base no qual são produzidos, de maneira automática, imagens ou comportamentos. Chavão repetido sem ser questionado. Parte de uma generalização apressada: toma-se como verdade universal algo que foi observado em um só indivíduo.

Estigma: refere-se a algum atributo ou qualidade de natureza depreciativa que se apresentam como verdadeiros, mas que de fato foram forçados nas relações sociais, geralmente num contexto de disputa ou competição. Por isso, o estigma, quer individualmente ou socialmente, pode ser usado, por exemplo, como instrumento para justificar a exclusão de uma pessoa ou grupo da participação efetiva na sociedade.

Flexibilidade: qualidade de flexível, elasticidade; capacidade dos indivíduos de enfrentarem as mudanças sem apegos inadequados ao passado e sem dificuldades para lidar com o que é novo.

Identidade: produto dos papéis sociais que o sujeito assume em suas relações sociais; sentimento que uma pessoa tem de possuir continuidade, como distinguível de todas as outras. “Os termos ‘identidade’ e ‘subjetividade’ são, às vezes, utilizados de forma intercambiável. Existe, na verdade, uma considerável sobreposição entre os dois. ‘Subjetividade’ sugere a compreensão que temos sobre o nosso eu. O termo envolve os pensamentos e as emoções conscientes e inconscientes que constituem nossas concepções sobre ‘quem somos’. (...) As posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades” (Kathryn Woodward).

Identificação: processo psicológico pelo qual um indivíduo assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro, e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo dessa pessoa. A personalidade constituiu-se e diferencia-se por uma série de identificações.

Personalidade: organização constituída por todas as características cognitivas, afetivas e físicas de um indivíduo; o elemento estável da conduta de uma pessoa; sua maneira habitual de ser, aquilo que a distingue de outra.

Preconceito: “é um juízo preestabelecido, baseado em mera crença ou opinião que formamos sem conhecer devidamente a realidade sobre a qual nos manifestamos. Portanto, pré-conceito significa ‘conceito prévio’, formulado sem o cuidado de permitir que os fatos sejam investigados e possam contrariar nossos julgamentos ou opiniões” (Renato Queiroz). “O preconceito é entendido, em geral, como uma atitude hostil em relação a um grupo de indivíduos considerados inferiores sob determinados aspectos – morais, cognitivos, estéticos – em relação ao grupo ao qual o preconceituoso pertence ou almeja pertencer” (José Leon Crochik).

Preconceito racial: concepção sem exame crítico, formada a priori, transmitida culturalmente de geração em geração. Caracteriza-se por idéias assumidas com propriedade, sem reflexão sobre sua racionalidade e sobre a consequência de aderir ou não a elas.

Psique: a alma, o espírito, a mente.

Psiquismo: conjunto de fenômenos ou de processos mentais conscientes ou inconscientes de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos.

Racismo: explicação criada, no século XIX, para justificar a ação política de discriminação, segregação, exclusão e eliminação baseada na idéia de que existem raças humanas com características determinadas e imutáveis, atribuídas a todos os indivíduos pertencentes a este grupo e transmitidas hereditariamente. A cada raça biológica corresponderiam também traços de cultura, valores, ciências, de modo que as “raças” mais evoluídas deveriam dominar e comandar as menos evoluídas, para o bem da própria humanidade. O racismo é uma ideologia ou forma de dominação que explica e justifica que essas supostas raças superiores dominem ou eliminem as consideradas inferiores.

Senzala: espaço, na casa-grande ou sobrado senhorial, reservado ao abrigo dos escravos. Geralmente de uma só porta e sem janelas para evitar fugas. Lugar insalubre onde se prendiam homens e mulheres de todas as idades. Na origem (Angola), significava “residência familiar”.

Subjetividade: dimensão do ser humano que está para além dele, não se restringindo a uma essência interna. É constituída pelos níveis individual e social; é histórica, construída e se desenvolve nos processos das relações sociais dentro das culturas onde as pessoas vivem.

Quilombo: na origem (Angola), significa acampamento e, por extensão, os locais onde se reuniam os prisioneiros destinados à escravidão antes de serem embarcados nos tumbeiros. No Brasil, desde a Colônia, ganhou nova conotação a partir do momento em que o refúgio/acampamento de escravos fugidos passou a ser identificado para combate e desmantelamento. A palavra mocambo também é utilizada com o mesmo significado, embora na origem (quicongo) designe telhado de habitação miserável.

Valores civilizatórios africanos: no Brasil existem valores originários da matriz africana que constituem elementos fundadores de nossa cultura: solidariedade, sociabilidade, hospitalidade, gestualidade, musicalidade.

A coleção *Percepções da Diferença. Negros e Brancos na Escola* é composta pelos seguintes volumes:

1. *Percepções da diferença.*

Autora: Gislene Aparecida dos Santos

2. *Maternagem. Quando o bebê pelo colo.*

Autoras: Maria Aparecida Miranda e Marilza de Souza Martins

3. *Moreninho, neguinho, pretinho.*

Autor: Cuti

4. *Cabelo bom. Cabelo ruim.*

Autora: Rosângela Malachias

5. *Professora, não quero brincar com aquela negrinha!*

Autoras: Roseli Figueiredo Martins e Maria Letícia Puglisi Munhoz

6. *Por que riem da África?*

Autora: Dilma Melo Silva

7. *Tímidos ou indisciplinados?*

Autor: Lúcio Oliveira

8. *Professora, existem santos negros? Histórias de identidade religiosa negra.*

Autora: Antônia Aparecida Quintão

9. *Brincando e ouvindo histórias.*

Autora: Sandra Santos

10. *Eles têm a cara preta!*

Vários autores

ISBN 978-85-296-0082-6 (Obra completa)

ISBN 978-85-296-0083-3 (Vol. 1)